

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 10.147, DE 2018

Estabelece normas para utilização de obras públicas.

Autor: Deputado RICARDO BARROS

Relatora: Deputada CAROL DARTORA

I - RELATÓRIO

De autoria do Deputado Ricardo Barros, o Projeto de Lei nº 10.147, de 2018, estabelece normas para utilização de obras públicas.

A proposição sob exame foi distribuída, em regime de tramitação ordinária, para fins de apreciação conclusiva da Comissão de Administração e Serviço Público (CASP), para análise do mérito; e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para exame da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto de lei.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Consoante o disposto na alínea “b” do inciso XXX do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete à Comissão de Administração e Serviço Público apreciar proposição cuja matéria seja referente a direito administrativo em geral.



Nesse sentido, a proposição em análise revela-se meritória, pois inúmeras obras prontas estão fechadas por falta de financiamento para o seu custeio. Assim, o objetivo da presente proposição é permitir que obras públicas concluídas possam ser utilizadas pelos gestores, atendendo a real necessidade da população, de forma diversa da pactuada no convênio original, desde que o órgão concedente autorize a alteração.

Assim, como o convênio é um acordo no qual os partícipes têm interesses comuns e coincidentes, quando for necessário alterar a destinação dada a uma obra pública e houver a anuência do poder concedente, entende-se como válida e oportuna a previsão disposta nesta proposição.

Diante do exposto, votamos, no mérito, pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 10.147, de 2018.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputada CAROL DARTORA
Relatora

2023-7262

